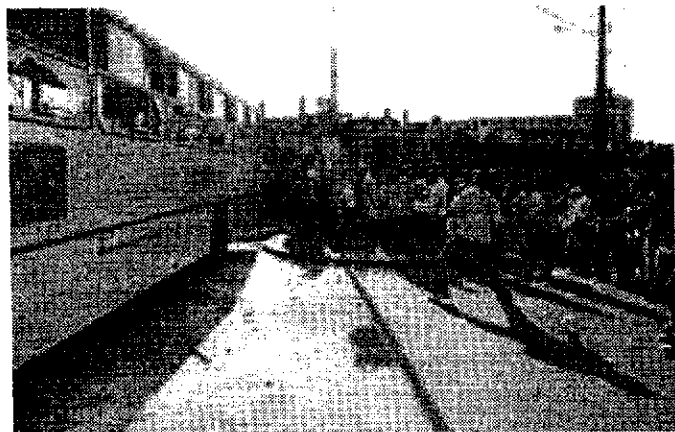




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 262 - DE 16 A 30 DE JUNHO DE 2003 - R\$ 1,50



Paraná: estudantes lutam nas ruas contra o aumento das passagens de ônibus



Primeiro protesto de massa contra a reforma criminosa da previdência do PT/Lula

O Congresso Nacional da CUT aprovou a retirada das bandeiras de luta e a integração ao Estado, apoiando o governo do PT/Lula e ajudando-o a implantar as reformas neoliberais. Um congresso sem base, dominado pela burocracia e financiado pelas empresas do governo. O PSTU deixou de lançar uma chapa de oposição ao governo Lula em função de acordo com as esquerdas petistas que apóiam o governo. É preciso uma nova direção.

A reforma sindical divide a burocracia

A que vem o governo Kirchner na Argentina

Como se explica a ação da polícia nos movimentos de massa na Bolívia?

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Previdência Privada aumenta lucro em 74,3%

Este é o resultado da política imposta pelo FMI, aplicada por FHC e seguida por PT/Lula da privatização da Previdência. As receitas dos planos das empresas abertas de previdência privada (ou seja, estão de fora os planos de empresas fechadas como os fundos de pensões) obtiveram no primeiro quadrimestre do ano (janeiro/abril) um crescimento de 74,3%, atingindo R\$ 4,2 bilhões. Todo este dinheiro serve para enriquecer essas empresas enquanto o sistema público é destruído.

Produção Industrial Novamente Teve Queda em Abril

Segundo o IBGE, a produção industrial em Abril teve a retração de 4,2% (as vendas foram 5,28% menores). Essa retração foi provocada pela baixa demanda interna, decorrente da alta taxa de juros, da queda da renda real do trabalhador e do comportamento da inflação. As áreas que mais sofreram redução foram a de consumo no mercado interno, insumos para a construção civil (-14,1%), embalagens (-6,7%), eletrodomésticos (-14,9%). Mesmo os efeitos positivos da exportação que sentíamos nos meses anteriores foram neutralizados pela retração do consumo interno. O Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), com bases nesses dados, concluiu que a indústria brasileira se encontra em recessão. Ela considera recessão industrial dois meses seguidos de queda da produção e alerta que maio foi pior.

FMI diz que Política Econômica é Boa

"A valorização da moeda nos últimos meses é considerável. Agora é hora de reduzir a pressão inflacionária. Devemos aplaudir o BC do Brasil, que se comprometeu a manter o curso e baixar a inflação". Estas foram as palavras do diretor do FMI para a região e acrescentou: "A região ainda não tem crescimento sustentado, é preciso encontrar um jeito" e sua receita para tal objetivo é a abertura do comércio. Ou seja, além de não termos um "crescimento sustentável" porque somos obrigados a mandar todas as nossas riquezas para fora, ainda nos falam que a solução seria abrir o comércio. Na certa querem acabar de falir o que restou, e que conseguíssemos com a abertura do comércio os dólares para continuarmos a pagar a dívida. Nem mais um centavo a esses trambiqueiros! Não podemos pagar com a nossa vida e a de nossos filhos enquanto estes parasitas ficam engordando às nossas custas!

GM Coloca 6 mil em Férias

A queda das vendas de veículos é colocada mais uma vez como motivo para a demissão de companheiros. As ameaças são de que não dá para vender por causa dos juros altos e que se a coisa não melhorar são obrigados a demitir. Já aparecem no cenário: é o caso da GM que vai dar férias coletivas para 6 mil dos 8 mil operários de sua fábrica em São Caetano do Sul (Grande São Paulo), no período de 23 de junho a 2 de julho.

Indústria Ameaça com Demissões

Essa é a ameaça do Presidente da FIESP, o "democrático" Lafer Piva, se o Banco Central não modificar sua políti-

ca de Juros na próxima reunião do COPOM. Esses sujeitos nos exploram sempre, quando tem produção nos obrigam a trabalhar como loucos, com muitas horas extras e sem contratar ninguém; agora, quando as vendas caem, nos ameaçam de demissão. Esta situação não pode continuar!

Organizar a Luta

O que temos visto nos últimos dias é uma armação da patronal que agora busca o apoio da Força Sindical para fazer uma campanha pela redução dos juros.

O que temos a dizer quanto a isto é que juros não são um problema dos operários, os patrões é que devem resolver. Para enfrentar esta situação que os operários passam hoje é necessário uma campanha utilizando nossas próprias bandeiras. Seguir as bandeiras da burguesia contra o governo é o mesmo que não conseguir nada no final. Os patrões terão seus juros baixos e depois nos demitirão do mesmo jeito.

Nossa campanha deve ter como palavras de ordem:

Aumento Salarial Automático de acordo com a Elevação da Inflação (escala móvel de salário)

- Redução da Jornada para um nível em que todos possam trabalhar (escala móvel da jornada de trabalho)
- Por um Sistema Único Público de Previdência sob controle dos Trabalhadores (Fim da previdência privada - Fim da Reforma da previdência)
- Fim das Privatizações e Reestatização das já privatizadas sob controle operário.
- Por um Ensino Laico Público e Gratuito em todos os níveis (pelo Fim das Escolas Privadas)
- Por um Sistema Único Público de Saúde (fim da saúde privada)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Previdência: Comprometimento geral

A aprovação do projeto de Reforma da Previdência do governo PT/Lula e do FMI na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) mostrou o comprometimento de todos os partidos com o crime contra os trabalhadores. Os votos contrários foram de responsabilidade de alguns parlamentares e se circunscreveram a determinados pontos de divergência.

Nenhum partido questionou a essência pró-capitalista e anti-trabalhadora da Reforma. No entanto, trata-se de uma das peças fundamentais de um conjunto de medidas traçadas pelo capital financeiro internacional no chamado "Consenso de Washington".

A essência: extrair riqueza do país para sustentar o parasitismo do grande capital. Conseqüências: destruição de conquistas sociais e saque de recursos nacionais. É nessa ordem de valor pró-imperialista, antinacional e antipopular, que se insere a Reforma da Previdência.

E quem está à frente de sua implantação? O PT e seus aliados da frente eleitoral - como o PL e PCdoB -, que diziam ser portadores de um governo democrático e popular. O presidente da CCJ, Luiz E.Greenhalgh, surpreendeu uma porção de petistas que sempre o teve como um parlamentar de posição anti-neoliberalismo e defensor de causas sociais. Isso porque assumiu plenamente a tarefa de aprovar a todo custo o projeto na sua íntegra. Quanto ao PCdoB, representado por Inácio Arruda, que substituiu Sérgio Miranda (PCdoB-MG), para assegurar o voto na Reforma, não minimiza seu apoio pelo fato de ler uma declaração de "postura crítica".

O PFL contou com a ala Antônio Carlos Magalhães para aprovar o ponto mais polêmico, que foi o da taxa dos inativos. Contribuiu com a manobra do voto simbólico para que os parlamentares favoráveis não mostrassem suas identidades. Foi uma ajuda ao governo PT/Lula que não fez nenhum empenho em cassá-lo após mais um escandaloso espetáculo de corrupção. O PMDB votou aiegre, contando com um acordo de governabilidade que está quase pronto. O PSDB votou apoiado no acordo dos governadores e na boa vizinhança do PT

com as reformas de Alckmin. O PDT, com Brizola à frente, gritou contra esse ou aquele ponto, mas esteve alinhado com a Reforma. O grito de Alceu Collares exigindo de Greenhalgh - "Assuma sua traição", constitui fato isolado.

Mas o fundamental de tudo isso não está no compromisso de todos esses partidos com a Reforma da Previdência. O grave está no Congresso da CUT que aprovou a linha de apoio à Reforma, com emendas pontuais. A ausência de independência política e organizativa da Central frente ao governo impossibilitou os trabalhadores assumirem a defesa de sua causa.

A aprovação da Reforma na CCJ foi um passo para o trâmite legislativo e a aprovação definitiva. É necessário que o conjunto dos trabalhadores rompa com a camisa de força de suas direções e tome em suas próprias mãos a tarefa de pôr abaixo a Reforma da Previdência do governo PT/Lula e de FHC. Que defenda uma Previdência única, estatal sob o controle dos assalariados e que assegure o direito a todos os trabalhadores terem na velhice um salário compatível com as necessidades. A vida dos assalariados não pode estar subjugada aos interesses do capital e às manobras dos partidos e direções sindicais que colaboram com esses interesses.

Manifestantes repudiam petistas e burocratas sindicais

O ato da CUT, que não passaria de um protesto demagógico das direções sindicais e de uma ala petista, transformou-se numa tormenta. Cerca de 30 mil trabalhadores de vários pontos do país repudiaram a Reforma da Previdência no seu conjunto.

O recém-eleito presidente da CUT, Luiz Marinho, por se achar comprometido com projeto de reforma, resolveu discursar sobre as emendas aprovadas no 8º Congresso da CUT e foi prontamente rechaçado pelas massas que não o deixaram falar. O líder da bancada do PT, Nélio Felegrino, da Força Socialista, vinculado ao deputado Ivan Valente, tido como um dos porta-vozes da esquerda do PT, precisou ser protegido da raiva

dos manifestantes. Sua missão era de dizer que, como líder, poderia servir de canal de negociação com o governo quanto às emendas. Não pôde falar nada. Ninguém quis ouvi-lo.

Esse acontecimento, frente a um governo que despertou grandes ilusões entre os trabalhadores, mostra a profundidade da crise capitalista, da necessidade do grande capital atacar a vida das massas e a impossibilidade de um governo reformista-populista cumprir suas promessas de melhoria da vida dos trabalhadores.

O que é o governo de negociação

Na campanha eleitoral, Lula ressaltou que se diferenciaria do governo FHC, porque seria um governo de negociação entre todas as setores da sociedade. Trabalhadores, empresários, sindicalistas, governadores, prefeitos, Igrejas etc, todos seriam igualmente ouvidos e participariam nas decisões.

Pois bem, os manifestantes de Brasília se fizeram ouvir com seus protestos. A resposta do governo foi a de que era direito deles, mas que nada poderia fazer. A comissão de sindicalistas recebida não fez senão levar as propostas de remendos ao projeto da Previdência. Qual foi a resposta do governo? Que nada poderia fazer.

Ocorre que o Presidente da República fez uma negociação com os governadores que ditou o que lhes interessa na Reforma. Os governadores, a maioria do PSDB, PMDB e PFL, portanto, os aliados de FHC, mandam nas bancadas parlamentares e assim "negociam" em posição de força com o governo PT/Lula, que não pode sustentar a governabilidade sem o aval dos grandes partidos da burguesia.

Os trabalhadores não têm poder nenhum sobre o Parlamento. Por isso, não podem influenciar a governabilidade e ter posição de força negociadora, como dizem o PT e a burocracia cutista.

A arma dos trabalhadores é a greve, manifestações, ocupações e levantes de massa. Mas esse método se choca com as negociatas da democracia burguesa, que só comporta os interesses capitalistas.

A participação da CUT no Conselho

de Desenvolvimento Econômico e Social ou no Fórum Nacional do Trabalho não a coloca em posição negociadora, mas de submissão às forças burguesas.

A Reforma da Previdência traz essa lição: é impossível a Central Sindical se contrapor aos ataques dos capitalistas aos trabalhadores pela via da negociação, que implicaria concessões de ambos os lados e equilíbrio na troca entre capital e trabalho. É falso que com negociação se evita o pior e se obtém vantagens aos explorados. A política das negociações é a da submissão do proletariado e demais explorados à política da burguesia.

Manifestações na Assembléia Legislativa de São Paulo contra a Reforma da Previdência de Alckmin

O governo Alckmin exige que os deputados votem a criação de mais um desconto no salário do funcionalismo. Trata-se dos 5% para a Previdência. As negociatas e o "tome lá e dá cá" correm soltas (são cargos, dinheiro a rodo e toda sorte de corrupção) para obter a maioria dos votos dos parlamentares.

O deputados petistas procuram fazer uma diferenciação entre a Reforma da Previdência de Alckmin da do governo PT/Lula. Querem mostrar que Lula está aberto para discutir o seu projeto e que o governo do Estado pretende unicamente

criar mais uma alíquota de desconto. Na verdade, isso é conversa mole.

Os governos federal e estadual cumprem o acordo com o FMI de cortar gastos sociais e aumentar as arrecadações para manter o pagamento da dívida externa. Alckmin não faz senão colocar em prática o que foi estabelecido com o governo PT/Lula. Ou seja, descontar do funcionalismo 11% para a aposentadoria (6% para o Ipesp e 5% para a Previdência). Após a aprovação da Reforma em nível federal, Alckmin incorporará o desconto para os aposentados, o teto de 10 mínimos, a elevação da idade e a redução do valor das pensões.

Como se vê, o oposicionismo parlamentar do PT e de outros partidos é extremamente débil e circunstancial. A presença dos professores e funcionários na Assembléia Legislativa serve apenas para denunciar a fraude do poder legislativo, que não passa de um antro de corruptos e ladrões de dinheiro público. Somente a ação direta e de massa do funcionalismo poderá impor as reivindicações o fim da reforma privatista da Previdência.

Unidade nacional dos trabalhadores para enfrentar a Reforma

Somente um movimento nacional e de massa, que seja capaz de parar o país, poderá breçar a reforma neoliberal, prevista

para ser concluída em agosto. A burocracia sindical evita organizar um movimento unitário. Nem mesmo a coesão dos servidores públicos tem sido trabalhada. Tem se realizado manifestações isoladas e circunscritas a alguns Estados. O 8º Congresso da CUT que poderia organizar a greve nacional do funcionalismo e estendê-la ao conjunto dos assalariados se resumiu a aprovar emendas que serão jogadas na lixeira do Congresso Nacional.

O POR atua em defesa de um movimento grevista nacional para pôr abaixo a criminosa Reforma da Previdência. Convoca todos os trabalhadores a repudiarem o governo pró-imperialista do PT e a burocracia sindical traidora.

Servidores marcam greve para o dia 08/07

Numa plenária dos sindicatos com a CUT, o novo presidente da Central, Luís Marinho, tentou convencer os sindicatos a não se colocarem pela greve. Mas foi vaiado e não teve como vencer: a pressão das bases leva os sindicatos à greve a partir de 08/07. É preciso impulsionar a organização da greve em todo o funcionalismo federal e ampliá-lo para todos os estados. Os sindicatos operários e as organizações estudantis e populares devem se unir a esta luta e estender o movimento por todo o país para pôr abaixo a reforma criminosa da previdência do governo PT/Lula.

Patronato mostra o que querem com a reforma trabalhista

A FIESP, representando o grupo 9 do patronato, convocou a Força Sindical, que controla o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, para 'negociar' uma pauta de reivindicação do capital contra o trabalho. Os sindicatos estão tão encabrestados à burguesia que é esta que reivindica destes concessões e não o contrário.

Mas do que se trata?

Com o argumento de que as taxas de juros estão altas e os negócios não vão bem, o Grupo 9 propôs acabar com direitos trabalhistas ou modificá-los, para em troca não demitir em massa.

Quais são? 1) Parcelamento de férias; 2) Redução do adicional noturno; 3) Fim do descanso remunerado. 4) Suspensão temporária do contrato de trabalho por

um período superior a 5 meses 5) Revisão de acordos individuais e coletivos assinados recentemente e antecipação salarial ou abono. Acena também com redução da jornada com redução salarial.

A ousadia dos capitalistas não tem limites. Acham-se com as mãos completamente livres para exigir que os sindicatos sirvam aos seus interesses contra a vida dos operários.

A Força Sindical, mancomunada com o patronato, fará uma manifestação para que o governo PT/Lula abaixe os juros. Assim, entra no jogo entre o capital industrial/comercial e o capital financeiro. Quem pagará no final serão os trabalhadores que não respondem com suas rei-

vindicações e não se organizam para enfrentar as demissões, uma vez que a Força Sindical e o Sindicato Metalúrgico servem aos conflitos do capital e do governo.

Mas a ameaça do Grupo 9 vai mais longe: indica por onde passará a reforma trabalhista. Usarão a arma do desemprego para impor mudanças que quebram direitos trabalhistas como os acima apresentados.

Está colocado desde já uma ampla campanha contra a reforma trabalhista. A melhor maneira de enfrentar esse embate é organizando o movimento de massa por suas reivindicações e estabelecendo a aliança operário e camponesa.

Rondônia

As negociatas da burocracia sindical

Os trabalhadores em educação do município de Porto Velho sofrem o brutal ataque do governo e contam com o imobilismo da burocracia sindical, que sequer respeita as decisões das assembleias. Só para se ter uma idéia, na última greve, segundo semestre de 1999, a base havia aprovado a ocupação da Secretaria Municipal de Educação, mas a diretoria, por meio do atual secretário, o vereador Mário Jorge do PDT, organizou uma comissão de negociação, que não resultou em nada para os professores. Na verdade, tratava-se de uma tré-gua para o prefeito Carlos Camurça, que implicou na volta ao trabalho num momento em que a própria imprensa noticiava 80% de paralisação.

Temos no município o pior salário do Estado. Não é corrigido há 9 anos, sem contar que os professores que têm vínculo com o Estado foram coagidos a assinar um documento de redução da carga-horária, que na verdade só cortou o salário, pois a carga horária continua praticamente a mesma.

Na assembleia do dia 22/5/03, a burocracia do sindicato apresentou uma

pauta de reivindicações para ser levada ao prefeito e ao secretário. Houve intervenções a favor da greve e da participação de toda base nas reuniões de negociação. De pronto, a direção do sindicato rechaçou as propostas de mobilização direta e encaminhou novamente a de "negociação". No dia 30/5, o sindicato convocou nova assembleia para apresentar o resultado das conversações. O prefeito apresentou um documento recusando a reivindicação de reajuste salarial.

Eis aí o papel dos burocratas: convo-ca assembleia, pede trégua, recusa a organização da greve e diante da recusa do prefeito em atender as reivindicações se encolhe como avestruz.

Os trabalhadores da educação têm de combater a política governamental de arrocho salarial e destruição da escola pública e, ao mesmo tempo, rechaçar a política traidora dos burocratas do sindicato.

Propostas da Corrente proletária da Educação

1. Defesa do salário mínimo vital (R\$2400,00);
2. Um único turno de trabalho, com vínculo numa só escola para que possamos nos sustentar sem que a morte chegue precocemente;
3. Emprego para todos que queiram e estejam em condições de trabalhar;
4. Direito de férias para os que estudam por meio do PROHACAP, que este funcione no período regular de aulas e sem cobrança de taxas aos servidores municipais, estaduais e federais;
5. Pelo direito ao ensino público para todos e em todos os níveis, laico e vinculado à produção social;
6. Fim das Reformas neoliberais – Previdência, Educação, Sindical e Trabalhista
7. Não à política de conciliação de classe da burocracia sindical;
8. Defesa do método próprio dos trabalhadores – greve, ocupações, manifestações – para enfrentar os governos pró-imperialistas.
9. Luta pelo fim do sistema de exploração do trabalho e pela conquista do socialismo.

Fortaleza

Campanha Salarial: Prefeito Juraci foge das audiências – A saída é a greve

O prefeito Juraci mais uma vez enrola e não dá resposta sobre a proposta de reajuste feito pelos professores e servidores municipais de 38,7%. A idéia é cansar os professores já que desde abril o prefeito não dá resposta. Além disso, o prefeito sabe que o final de semestre é sempre mais difícil impulsionar uma greve. No último dia 4, não foi diferente. Os professores, em manifestação unificada com servidores públicos, agentes de saúde etc, ocuparam a secretaria de finanças e aprovaram o "estado de greve".

O magistério, que tem seu poder aquisitivo cada vez mais achatado pela política dos governos Lula (PT), Lúcio (PSDB) e Juraci (PMDB), não têm outra alternativa para se defender a não ser a radicalização da luta.

A direção do SINDIUTE – O Trabalho/PT -, recém-eleita, que preferiu priorizar as eleições em maio, deixou para último plano a luta. Durante esse mesmo mês não houve qualquer assembleia de campanha salarial.

A Corrente Proletária na Educação (POR) denuncia a conduta da direção do sindicato de não organizar a mobilização para enfrentar o governo e defende, diante do descaso do governo, a greve unificada dos servidores para arrancar o reajuste salarial e outras reivindicações.

Falta de recursos nas escolas do Ceará

O sucateamento do ensino público no Ceará faz parte das reformas neolibe-

rais impostas pelo governo FHC e que continuam no governo PT/Lula. Dessa maneira, a essência da reforma educacional expressa em cortes de gastos com a educação pública, arrocho salarial, diminuição da grade curricular, aumento das taxas de desconto da Previdência e destruição de direitos trabalhistas etc.

No ano passado, o governo estadual Beni Veras (PSDB) cortou 7,1% dos 25% dos recursos destinados à educação, conforme prevê sua própria Constituição. Logo, ficou reduzido apenas a 17,9%, a ser aplicado a educação no ano de 2003. A redução de verbas acontece porque o governo paga pontualmente os credores internacionais (BID, BIRD), os 6,1 bilhões mensalmente na amortização e juros da dívida do Estado (23/10/02).

O governo Lúcio Alcântara segue a mesma orientação de seu padrinho político Tasso Jereissati, ambos do PSDB. Está aí por que a educação cearense vem sendo destruída. Os recursos para a educação (que já são miseráveis) estão cada vez mais minguados, atraso no paga-

mento dos professores de contrato temporário, dos vales-transportes e refeição e professores efetivos que trabalham com carga horária a ampliada já passam seis meses sem receber e quando recebem é parcelado em 4 vezes. Soma-se a isso o atraso no envio de recursos para a

manutenção das escolas, telefones bloqueados, quadras na iminência de desabar. Como se vê, para impor as reformas pró-imperialistas, os governos estão obrigados a atacar fundo os serviços sociais (educação, saúde etc) e manter na miséria a maioria dos servidores.

Eleição de delegados ao Congresso da UNE na Letras-USP

O regimento do Congresso da UNE, imposto pelo PCdoB/UJS, determina um quórum de 30% (para urna) e 20% (para assembléia) dos matriculados em cada curso para a eleição de delegados. A realidade dos cursos nas universidades públicas, que contam com número de matriculados bem superior ao que realmente frequenta as aulas, mostra que esse quórum é quase impossível de atingir. É evidente que o quórum é um instrumento de exclusão das bases do Congresso da UNE, e de favorecimento da fraude. O PCdoB oferece duas opções: ou não se atinge o quórum e se fica fora do Congresso; ou se dá um "jeitinho", passando listas de assembléias fantasmas nas salas, ou ainda, fraudando diretamente as listas.

Contra essas opções, a de exclusão e de compromisso com a fraude, é possível, apesar de difícil, atingir o quórum com a realização da eleição com urna volante, passando nas salas de aula e discutindo com os estudantes a necessidade de eleger delegados que se contraponham à política do PCdoB no Congresso. Foi o que a Corrente Proletária Estudantil defendeu no curso de Letras (USP).

O resultado foi uma vitória dos estudantes contra a exclusão burocrática do PCdoB: foram 1437 votos (o quórum era 1402), dos quais mais de mil recolhidos nas salas de aula. Dizemos que foi uma vitória porque os estudantes poderiam deixar de votar em sala e recusar a proposta de urna volante. A ampla votação, tendo em vista que há pouco mais de 2 mil estudantes que frequentam regularmente as aulas, mostra o apoio estudantil ao

enfrentamento com o PCdoB no Congresso da UNE.

O resultado elegeu 10 delegados do curso, todos de correntes de oposição à atual direção da UNE: 3 delegados (281 votos) para a chapa "rasgando o verbo" (SR e independentes), 2 delegados (201 votos) para Poder Estudantil (POR e independentes); 2 delegados (173 votos) para "Ruptura Socialista" (PSTU), 1 delegado (116 votos) para a AJR (PCO); 1 delegado (103 votos) para "Desacato" (Força Socialista e MTL); 1 delegado (44 votos) para ME pelo ME (chapa de ri-

dicularização da eleição). Houve também um grande número de votos brancos e nulos, refletindo uma votação favorável ao envio de delegados mas sem apoio a nenhuma chapa.

A campanha do POR esteve voltada à denúncia da reforma criminosa da previdência do governo Lula e suas implicações na universidade; na denúncia e combate ao pacto social; na crítica à direção da UNE, colaboradora do governo e participante do Pacto Social e elaboração do provão; na crítica à política de cotas e defesa do fim do vestibular e de vagas para todos; no combate às fundações na universidade e na crítica às posições de conciliação com elas.

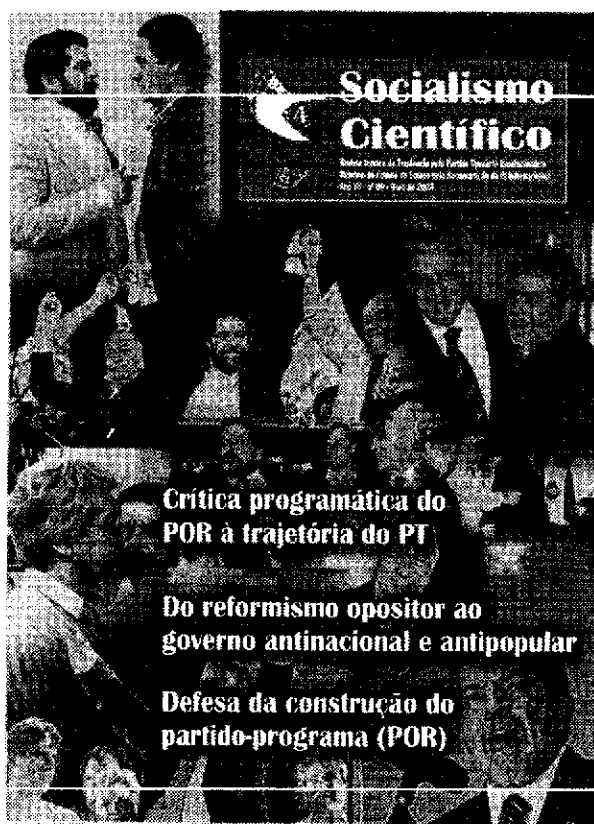
A campanha do SR se concentrou na defesa de políticas compensatórias e de gênero e na defesa de diretas para a UNE. Em seu material e faixas, defendeu "por uma reforma da previdência que amplie direitos", alimentando confusão quanto à reforma criminosa do PT/Lula.

O PSTU se concentrou na defesa de diretas para a UNE e no chamado bloco de esquerda, que une apoiadores e oposição ao governo Lula, sob a direção daqueles.

O PCO fez uma campanha por "eleição secreta para a direção da UNE", desvinculando assim a política da direção da burocratização.

A Força Socialista se juntou ao MTL, que fez a campanha e não levou delegados.

A participação estudantil mostra que é possível trazer o debate da UNE para a base. O caminho é a defesa da política revolucionária, que expressa as reivindicações dos estudantes e a luta direta em unidade na comunidade universitária e com os explorados.



Lançada pelo POR a revista Socialismo Científico n° 08, que traz a crítica programática à trajetória do PT reformista desde 1989 até a atualidade. Adquirir com o distribuidor deste jornal.

Paraná:

População e estudantes de Londrina contra aumento abusivo de passagens

A luta dos estudantes de Londrina contra o aumento da tarifa do transporte coletivo trouxe importantes lições: mostrou que o caminho a ser seguido pelas massas estudantis é o da ação direta e a busca de unidade com os trabalhadores; derrubou a máscara do "governo do cidadão" propagandeado pela prefeitura petista; mostrou a necessidade de as bases dos movimentos comandados pelo PT ultrapassarem suas direções.

Como em toda parte, também em Londrina a Prefeitura e a Câmara de vereadores são instrumentos dos donos dos transportes, que sempre abastecem os fundos de campanha desses parasitas. Em troca, o estado tem de se dobrar a eles concedendo os aumentos que eles determinam apresentando planilhas fadadas, inchadas e obscuras. Algo que nenhuma delas está disposta a fazer é a abrir o livro caixa para mostrar de fato quanto dinheiro arrecadam a cada dia. Mas o prefeito faz de conta que a planilha apresentada pela empresa é honesta e suficiente para validar o aumento.

Contra esta violência, os estudantes da Universidade Estadual de Londrina, no dia 29 de maio iniciaram a campanha contra o aumento da tarifa. Chamaram-se os estudantes a não pagar as passagens e a pular as catracas. Formou-se uma frente composta pelo DCE, UJS/PCdoB e Corrente Proletária na Educação. A União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES) foi convocada desde o início, mas por ser dirigida pelo PT tentou de todas as formas boicotar a campanha. Seja abrindo as escolas para membros da prefeitura "explicarem" a necessidade do aumento, como infiltrando provocadores no meio das manifestações.

O Sindicato dos motoristas e cobradores (Sintrol) também desde o início jogou os trabalhadores do transporte contra os manifestantes, inclusive ameaçando fazer greve caso a tarifa não aumentasse (este sindicato pelego vinculou a reposição salarial ao aumento da tarifa).

A alegação da prefeitura foi de que se não houvesse o aumento, a empresa teria um desequilíbrio econômico. O movimento respondeu que os donos da empresa (um monopólio) não conseguem administrá-la, que a entreguem

aos trabalhadores.

No dia 05/06, os estudantes foram até a Câmara dos Vereadores e exigiram que os vereadores se posicionassem em relação ao aumento. Houve espaço para os estudantes falarem. As falas do movimento foram de denúncia. O que os vereadores queriam era formar uma comissão para discutir planilhas, uma manobra para enrolar os estudantes. Respondemos que a única discussão técnica que faríamos seria "Como sobreviver com um salário de R\$240, pagando R\$1,60 na passagem de ônibus".

Quando estudantes ligados ao PT falavam contra o movimento, todos se viravam de costas e ao final eram vaiados e chamados de pelegos. Os vereadores encerraram a sessão sob a vaia de covardes, pois lavaram as mãos e não se pronunciaram sobre o aumento das passagens. Demonstraram que, assim como o prefeito, são joguetes dos empresários do transporte. Quando os vereadores optam por não se pronunciarem declaram na verdade a sua cumplicidade com aumento abusivo e anti-popular.

Câmara Desmoralizada

Foi marcada uma audiência pública para o dia 09/06 e, mesmo sabendo que aquilo não passava de uma enrolação, os estudantes foram à Câmara Municipal para ver com seus próprios olhos até onde ia a colaboração dos vereadores com o esquema das empresas de ônibus e o prefeito.

Os manifestantes enfrentaram um violento esquema policial que revistava e filmava aos poucos que haviam conseguido senhas para entrar. Dentro da Câmara o clima também era de terror, porque em alguns pontos das galerias havia mais policiais do que pessoas. Mais de 200 estudantes de universidades e colégios ficaram fora porque não tinham conseguido a senha. A audiência serviu para expor a completa desmoralização dos vereadores, sobretudo os do PT, apelidado de Partido dos Traidores. Os estudantes presentes interromperam a audiência várias vezes para exigir que os lugares vazios fossem ocupados pelas centenas de estudantes que ficaram do lado de fora.

Aproveitando-se do tumulto provocado pela negativa do presidente da Câmara liberar o ingresso dos estudantes, encerraram, sob protesto, a sessão. E os manifestantes ocuparam a Câmara, saindo de lá apenas no dia seguinte, depois de 18 horas de ocupação. Em audiência com um grupo de estudantes, o prefeito reafirmou que não reduziria a tarifa.

Nos dias seguintes, foram os secundaristas que protagonizaram os principais atos. Espontaneamente, sobrepassaram a direção da ULES (vinculada ao PT) e fecharam o terminal diariamente. É importante ressaltar a combatividade da juventude, principalmente a da periferia, que acostumadas a um cotidiano de violência (de traficantes e policiais) demonstraram muita coragem nas manifestações.

Na sexta-feira (13/06) os secundaristas pararam por 4 horas a circulação de ônibus, com piquetes no terminal. No fim da tarde, a polícia resolveu liberar o local, mas os manifestantes resistiram. Esta ação criminoso comandada pela polícia provocou o atropelamento de um manifestante, que está internado em estado grave. Depois disso, o presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo disse que faltou repressão. Mostrando que é mais importante defender os lucros da empresa (que também irá garantir os caixas da campanha eleitoral 2004) do que a vida dos usuários e as condições de sobrevivência do povo.

A população de Londrina, sobretudo os usuários do transporte coletivo, têm manifestado apoio às manifestações. Uma vez que este aumento da tarifa é insustentável.

O PCdoB tenta insistentemente canalizar as ações para o campo parlamentar, ou para o campo da justiça burguesa, mas essa orientação não conseguiu, até o presente momento, penetrar na direção do movimento. Os militantes da Corrente Proletária na Educação defendem, no interior do movimento, o método da ação direta e buscam politizar este conflito, denunciando a política anti-democrática e anti-popular do PT, apontando para a necessidade de estudantes e trabalhadores se unirem para combater a opressão.

É necessária uma direção revolucionária para a CUT

Está claro que o governo do PT/Lula se definiu pela política do grande capital financeiro e multinacional e pela proteção dos interesses gerais da classe capitalista. Já não há lugar para ilusão de que o PT/Lula constituirá um governo contra a oligarquia dominante, o imperialismo saqueador e de defesa dos interesses das massas oprimidas.

O argumento de que se trata de um "governo em disputa" entre a direita e a esquerda petista só serve para esconder a sua fisionomia capitalista.

Um outro ponto que também está claro é que a CUT, sob a direção do PT e seus aliados, submete-se ao poder da classe burguesa. Há um nítido vínculo entre a não defesa das reivindicações da classe operária e dos camponeses pobres com a política de poder do Estado implantada no interior da Central pelo PT. A CUT não organiza o movimento operário e camponês contra a classe capitalista e seu Estado porque está sob a direção de uma política governista, estatizante e de colaboração de classe.

O velho problema da independência das organizações operárias frente aos exploradores e ao Estado continua de pé, com o agravante de que, nesses vinte anos de existência, pela primeira vez, a CUT se coloca abertamente a apoiar um governo que usa o poder do Estado contra a maioria explorada.

A CUT serviu de instrumento para constituir um governo alternativo a serviço da burguesia. E agora se encontra compromissada com o programa de reformas protetoras dos credores internacionais, investidores parasitas e de ataque às condições elementares de vida dos oprimidos, como é o caso da criminosa Reforma da Previdência.

O controle da Central pelo governo é tão grande que, bem antes do 8º Congresso, já se tinha anunciado que o novo presidente da CUT seria Luís Marinho, por vontade de Lula.

A direção petista e o governo sabem da importância estratégica do controle da CUT para um governo que enfrentará tantas crises internas e que não cumprirá as promessas eleitorais de emprego,

fim da fome e reforma agrária. É um governo nascido da crise do capitalismo e da rejeição das massas às medidas de ataque ao emprego, salário e direitos trabalhistas. Mas que não pode cumprir outra função senão a de administrar a desintegração da economia semicolonial, submetida ao saque imperialista e condicionada à necessidade do grande capital de aumentar a taxa de exploração sobre os assalariados.

O levante de operários e camponeses contra a situação de desemprego e miséria constituiria um levante contra o governo do PT/Lula. Não é possível aos explorados dizerem não aos exploradores, fazerem greves, saírem às ruas e ocuparem terras sem que estejam se rebelando contra o novo governo de plantão.

Vemos que a CUT, nas mãos do PT, é estratégica para evitar que as necessidades vitais dos oprimidos e seus instintos revolucionários se transformem em movimento contra as reformas neoliberais e de defesa de suas reivindicações.

A burguesia confiou o poder do Estado ao PT/Lula na condição de que este cumprisse os acordos e contratos internacionais e que não provocasse nenhuma ruptura na ordem constituída.

O apoio do 8º Congresso da CUT ao governo significa objetivamente colocar a Central e todo o movimento social sob esse pacto com o grande capital. Aqui está a essência política desse Congresso. Os pontos aprovados de mudanças no projeto da Reforma da Previdência não passam de um jogo oposicionista para não se evidenciar o fundamental do apoio da Central ao PT/Lula. É preciso dizer com toda clareza que estamos diante de uma direção traidora da classe operária e dos camponeses.

No Congresso, destacou-se uma ala petista de oposição à direção majoritária do PT. No entanto, limitou-se a questionar pontos da política econômica e social do governo. Quanto à reforma da previdência, limitou-se a propor "uma outra reforma" (emendas) que só desviam as massas da luta direta para a disputa parlamentar e acabarão levando à implantação da reforma no seu conjunto, que na

essência não passa de mais confiscos sobre os assalariados e aposentados em benefício do parasitismo financeiro. Evitou caracterizar o conteúdo de classe burgueses do governo PT/Lula e não levantou a bandeira de oposição revolucionária. Todos estiveram na mesma fileira de apoio ao governo. A farsa de autonomia da CUT acabou sendo sustentada de conjunto. Apoio com autonomia foi a bandeira dos petistas.

O PSTU, que comparece como corrente opositora ao governo, também vacilou em caracterizar com precisão o governo capitalista de Lula, exigindo dele apenas medidas de ruptura com ministros burgueses e com a diretriz econômica ditada pelo FMI. Sua ação esteve voltada a atrair a esquerda petista descontente, sem atacar a natureza de classe do governo e apontar a responsabilidade dessas correntes que mantiveram o apoio ao governo. Evitaram dizer claramente que apoiar o governo Lula, mesmo com a bandeira oposicionista, é trair a independência da classe operária frente à burguesia.

Esse 8º Congresso, totalmente burocratizado, extremamente reduzido na representação da base explorada e submetido à política estatizante do PT, resalta a crise de direção da classe operária e a necessidade de superá-la construindo o partido revolucionário. Esse partido começa pelo programa da revolução e ditadura do proletariado. Com o chamado pelo PSTU a um novo partido, como já está sendo feito, sem caracterizar a política do PT como burguesa, sem defender a estratégia da revolução proletária e sem se colocar claramente o método insurrecional para a conquista do poder em oposição à via eleitoral e ao pacifismo democrático pequeno burgueses não teremos senão mais um partido adaptado ao capitalismo.

O Partido Operário Revolucionário compreende que a construção do partido é a condição para emancipar a CUT e os sindicatos do PT e de toda a burocracia sindical. Não haverá uma central independente e de luta de classe sem uma direção revolucionária.

Combater a Reforma sindical estatizante e burocrática

Depois da Reforma neoliberal da Previdência, o governo PT/Lula pretende lançar a Reforma Sindical e Trabalhista. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social já aprovou os próximos passos da Reforma. A burocracia sindical cutista se movimenta sob a pressão do Estado e da política do governo. No Congresso da CUT foi apresentado como um dos temas a Reforma Sindical como necessária para adaptar os sindicatos à Reforma Trabalhista. O Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, que realizará seu congresso, é o carro-chefe desse processo. Diante disso, o POR colocou na pauta do seu 7º Encontro Operário a discussão da Reforma apresentada pela burocracia cutista, submeteu-a a análise e extraiu o texto abaixo publicado.

O Congresso dos metalúrgicos do ABC tem como um dos pontos centrais a reforma sindical. Também foi assunto das teses do 8 Congresso da CUT. Argumenta-se que a estrutura sindical deve passar por mudanças por várias razões: 1. A reforma trabalhista que virá depois da reforma da Previdência; 2. A reestruturação produtiva, que trouxe problemas como terceirização e flexibilização do trabalho (bancos de hora etc.); 3. Envelhecimento da estrutura sindical criada pelo governo Getúlio Vargas; 4. Adequação à Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo o argumento da cúpula cutista, a reforma é necessária para fortalecer os sindicatos, que hoje estão com baixo nível de sindicalização, pouca representatividade e que se multiplicaram em organismos vazios, muitos deles criados apenas para se ter acesso ao imposto sindical. O diagnóstico de pouca representatividade, cujo baixo índice de sindicalização expressa, é real, mas a solução apresentada com a reforma desejada é falsa. É o que veremos.

Segundo a Tese da direção da CUT, que é a mesma da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, os aspectos negativos da atual legislação são: 1. Imposto sindical, que favorece a criação de sindicatos fantasmas e tira autonomia dos sindicatos; 2. Unicidade sindical, que já não corresponde à nova situação de reestruturação produtiva; 3. Limitação de categoria e área sindical, que impossibilita a construção de sindicatos por ramos de ati-

vidade. Haveria, portanto, de reformar a legislação, abolindo o imposto sindical, substituindo o princípio de unicidade sindical pelo da pluralidade sindical e eliminando restrições como base territorial e categoria. Segundo a direção da CUT, tais mudanças permitiriam solucionar o problema da representatividade em baixa e o corporativismo em alta. Seria a implantação de um novo modelo de estrutura sindical, regida pelo denominado Sistema Democrático de Relações de Trabalho, formulado em 1992 na 5ª Plenária Nacional da CUT. Posição essa que levou à aprovação de que os sindicatos cutistas mudassem seus Estatutos, já a partir do 7º Concut. Tais mudanças e orientação correspondem ao que se denominou sindicato orgânico.

As principais críticas a essas formulações partem de setores estalinistas que consideram a unicidade sindical fundamental para se evitar o divisionismo e pulverização da organização sindical com a edificação de sindicatos por empresa. As divergências quanto à abolição do imposto sindical comparecem como secundárias. O principal é que o sindicato orgânico tiraria poder dos sindicatos tal como estão configurados e passaria para as mãos da direção da CUT, que teria grande força centralizadora. Os defensores da unicidade sindical se apoiam na legislação do Estado, que lhe facultava intervir judicialmente na vida dos sindicatos. Defendem o poder normativo da Justiça do Trabalho. Admitem

que o Estado cumpre a função de árbitro e de equilíbrio entre "desiguais" (capital e trabalho). Dessa forma, falseiam o caráter burguês do Estado. Desconhecem que se trata de uma aparato de domínio de classe, ou seja, do exercício da ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado. Em nome da unidade sindical, defendem a legislação estatizante dos sindicatos.

Será mesmo que o capitalismo chegou a um ponto de reformulação tal das relações de trabalho que exige uma nova estrutura sindical? Ou será que uma ala da burocracia sindical necessita formas de controle mais rígidas para manter seu poder e para melhor praticar a política de conciliação de classe? E será mesmo necessário mudar a legislação sindical para se preparar para a reforma trabalhista? Ou desde já o que se deve é combater a imposição das reformas estatais, que não partem da necessidade e nem da iniciativa dos trabalhadores? É inadmissível que a CUT e os sindicatos caminhem de acordo com as pressões do Estado e dos governos. Deve ser o contrário. Por meio da luta, impor as exigências da classe operária e demais trabalhadores. A tal da globalização, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho não fizeram senão agravar o saque do imperialismo sobre os países semicoloniais e implantar medidas do grande capital contra direitos trabalhistas. Isso de que mudou o perfil dos trabalhadores, com a terceirização, precarização e informalização do trabalho, é apenas argu-

mento para a burocracia cutista, guiada pela política social-democrata da PT, tornar os sindicatos ainda mais burocráticos e controlados com mãos de ferro do sindicalismo profissional, voltado a manter o capitalismo e a auxiliar o grande capital a administrar as crises às custas de maior exploração sobre a classe operária.

A tarefa necessária para os sindicatos cumprirem a função de organização coletiva dos assalariados no choque entre a classe capitalista (exploradores) e a classe operária (explorada), nas condições de agravamento da crise do sistema capitalista, é constituir uma direção revolucionária (de luta de classe), totalmente contraposta a atual direção contra-revolucionária (de colaboração de classe). O que quer dizer ter na direção dos sindicatos e da CUT militantes que organizem a luta sob a base de um programa de defesa da vida das massas e de destruição do capitalismo pela via da revolução proletária. Enquanto estiverem na direção dos sindicatos burocratas que se negam lutar pelas reivindicações, aceitando reformas do governo e medidas patronais de flexibilização, terceirização, demissões voluntárias, redução e diferenciação salarial, os sindicatos estarão amordaçados, petrificados pelo corporativismo, reduzidos ao divisionismo e carcomido pela corrupção. A baixa representatividade dos sindicatos e sua desmoralização frente à maioria se devem à política patronal, corrupta, corporativa e autoritária desenvolvida pelas direções sindicais. Esse é o principal problema e a contradição fundamental de nossos sindicatos. Não é a organização histórica dos sindicatos, criada pela luta de classes, que deve ser mudada, mas sim a direção burocrática e pró-patronal. Somente assim os sindicatos voltarão para o controle das bases, que poderão controlar sua própria direção e modificá-la no primeiro sinal de corrupção e traição.

Está colocada, portanto, a luta pela independência dos sindicatos e pela democracia operária. A independência existe quando os sindicatos estão

dotados de uma política própria da classe operária; totalmente oposta à da classe patronal, e quando não se encontram submetidos ao controle do Estado ou dos partidos da burguesia. Isso inclui a legislação que os atrela ao Estado e ao funcionamento do capitalismo, cujos dois pilares são a exploração do trabalho e colaboração de classe. O que a classe operária exige do Estado é que reconheça os sindicatos e a irrestrita liberdade de organização, que não lhe faculte nenhum direito de intervenção. A democracia operária é uma conquista da capacidade coletiva dos trabalhadores elaborarem sua própria política, levantarem suas reivindicações, discutirem livremente e se organizarem para enfrentar os capitalistas. O direito de divergência, expressão e encaminhamento de propostas de luta para a assembléia votar é parte essencial da democracia sindical. Eis por que se mede a democracia nos sindicatos pelo funcionamento das assembléias. Quando só a burocracia faz as propostas e impede a oposição de se pronunciar, quando não permite que os trabalhadores compreendam as divergências, não existe nem democracia e nem soberania das assembléias. É por meio da democracia operária que se alcança a unidade dos trabalhadores, sem ela o que há é divisionismo e burocratismo aparelhista.

A reforma sindical apresentada pela direção da CUT, que vem sendo implantada no Sindicato Metalúrgico do ABC, fala em democracia sindical, mas na prática a elimina com os chamados Comitês Sindicais de Empresa (CSE). Isso porque se serve deles para eliminar as eleições sindicais baseadas em inscrição de chapas. A função dos CSE é de indicar os nomes que comporão a chapa. Ocorre que raramente é possível à oposição constituir os Comitês, que dependem da autorização do patrão. Um trabalho opositor aberto, no interior da fábrica, é demissão na certa. Os comitês acabam sendo aparelhos manejados pela burocracia. Para haver duas chapas saídas dos comitês, só se houver uma divisão no grupo da própria burocracia. Cha-

ma-se isso de democrático. Falso. A abolição do critério de chapas inscritas, substituído pelo critério de chapa vinda de representantes dos comitês, serve para perpetuar na direção do sindicato o grupo de burocratas dominante. Um outro aspecto da democracia sindical é o critério de proporcionalidade nas eleições sindicais. A direção deve ser composta por maioria e minoria. Pelo critério de proporcionalidade, a minoria terá direito a uma representação de acordo com a porcentagem de votos alcançada. O fato é que pontos como esses de funcionamento democrático não são admitidos pela burocracia, que tem o sindicato como propriedade de seu grupo.

Os burocratas reformadores escondem os reais obstáculos à luta coletiva da classe operária sob o palavreado de Sistema Democrático de Relações de Trabalho. A legislação antigreve dá um poder ao Estado de intervenção quase ilimitado. Não existe direito de greve. A regulamentação sobre a greve abusiva, diferenciação entre setores essenciais e não essenciais e as penalidades contra o sindicato e grevistas são completamente opostas ao direito de greve. Não pode haver independência sindical sem se lutar sistematicamente contra toda legislação proibitiva às greves. Ao contrário, a burocracia se vale desse instrumento para justificar sua inércia e sua política de negociação sem greve.

A direção do sindicato metalúrgico do ABC é a responsável pelos acordos de flexibilização mais duros contra os operários. Abarcam: 1) bancos de horas; 2) Redução da jornada com redução dos salários; 3) Diferenciação salarial, para rebaixar o piso; 4) Terceirização; 5) Demissões voluntárias (PDV); 6) Trabalho temporário 7) Reajuste salarial abaixo da inflação; 8) Fim das campanhas salariais unificadas e de luta. Essas medidas atendem à acirrada concorrência das montadoras, à renovação tecnológica, à crise de superprodução e à estagnação econômica. E têm por consequência a destruição de milhares de postos de trabalho, que não mais serão reconsti-

tuídos, e rebaixamento dos salários. Parte desses operários têm de sobreviver por meio do trabalho informal. A explicação de que é preciso reformar a estrutura dos sindicatos para responder ao que se denomina nova dinâmica do capital, de forma a incorporar os terceirizados e desempregados, é falsa, cínica e monstruosa. A direção do sindicato tem colaborado justamente para que as multinacionais imponham a nova dinâmica do capital, que na verdade é quase tão velha quanto o capitalismo. A direção burocrática colabora com o facão do grande capital e aceita suas imposições contra a força de trabalho, depois vem dizer que a estrutura sindical tem de mudar para enfrentar os males do capitalismo com nova concepção de sindicalismo e novos métodos de trabalho sindical. Assessorada por intelectuais a serviço do capitalismo, a direção decide que as greves unificadas, as campanhas salariais de massa, enfim, a luta de classe é coisa do passado, não correspondem à nova dinâmica do capital. A nova concepção é a do sindicalismo "solidário e auxiliar à qualificação dos trabalhadores". Soli-

dário significa assistencialista, participante das campanhas demagógicas do governo (como o da Fome Zero) e comprometido com as políticas públicas ("economia solidária"). Qualificação do trabalhador é a forma de dizer que o desemprego é causado pela desqualificação dos operários que não acompanham a renovação tecnológica. Montam-se assim cursos com o dinheiro do FAT. Desvia-se, portanto, os objetivos dos sindicatos que é o de enfrentar a exploração do trabalho, o desemprego e toda forma de opressão. Trata-se do velho sindicalismo pelego e de colaboração de classe.

Em resumo, a divisão entre os que defendem o pluralismo e a unicidade não tem por objetivo a independência dos sindicatos frente ao Estado e nem a estrutura sindical baseada na democracia operária. Ambas as frações são favoráveis à regulamentação estatal intervencionista do Judiciário e do Ministério do Trabalho. Ao contrário, a independência e democracia sindicais são opostas às restrições legislativas e policiais do Estado. A classe operária exige deste apenas que reconheça o

direito irrestrito de organização sindical, inclusive a organização no interior das fábricas, e de greve decididos pela própria classe por meio de seus organismos coletivos. A burocratização dos sindicatos está ligada a sua direção política. Uma direção que aplica uma política de conciliação de classe, pró-patronal etc, não pode permitir a livre expressão e soberania das bases sobre o sindicato. Somente uma direção apoiada num programa revolucionário, que seja expressão consciente das tendências instintivas revolucionárias do proletariado, pode garantir que as bases tenham total controle sobre os sindicatos. Isso que dizer que a luta pela democracia operária está ligada à luta pela construção de uma direção revolucionária, ou seja, de um partido revolucionário. O partido do proletariado trabalha para que o programa de destruição do capitalismo seja encarnado pelas massas exploradas. Os sindicatos, na época de decadência do capitalismo, para cumprir seu objetivo classista, têm de ser um instrumento auxiliar da revolução social.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

Organizações Paraieias O Trabalho Juvenil

Um Partido sem Juventude é um Partido sem Futuro.

O trabalho no meio Juvenil é indispensável e de importância capital. Não

estamos colocando o problema do conflito de gerações (os jovens contra os velhos e vice-versa, isto de forma abstrata), mas a luta dos jovens revolucionários junto ao proletariado, convertidos em auxiliares mais valiosos destes últimos.

O setor juvenil – a juventude trotskista – tem sua própria organização (seu programa, sua direção seus órgãos de publicidade e suas organizações paralelas), e são subordinadas ao Comitê Central e aos Comitês Regionais.

O Partido Operário Revolucionário é, por ser revolucionário e também pelas particularidades nacionais, um Partido de jovens acima de tudo.

Os operários amadurecem muito cedo, familiar, política e sindicalmente, por isto têm pouca inclinação a se agrupar em organizações juvenis especiais. e preferem se tornar ativos como militantes em suas células por empresa. Muitas vezes ocorre uma deformação que con-

Partido

siste em que as frações juvenis ocupem o lugar dos Comitês Regionais.

O trabalho com a juventude tem suas particularidades e deve responder aos problemas e necessidades dos jovens. A juventude trotskista não deve esquecer as atividades esportivas, culturais e até sociais. O trabalho juvenil – entre nós principalmente o estudantil – adquire particularidades especiais conforme o setor a qual pertença.

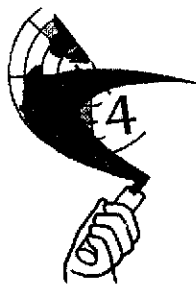
O secundarista é o setor mais combativo e inquieto. O deslocamento da classe média para a esquerda se expressa nitidamente nos estudantes.

A penetração nos colégios se fará através dos grupos paralelos buscando construir células em cada um deles. A centralização do trabalho é o problema que surge de imediato, pois a impetuosidade juvenil tende a fraturar a unidade do trabalho.

Nesta edição:

- O que significa a rebelião permanente da polícia contra o governo e os mandantes estrangeiros?
- O Proletariado Pode Cumprir suas Tarefas e a de Outras Classes e Nacionalidades?
- Como Pode um partido político Numericamente Pequeno Dirigir a Luta das Massas (da Nação Oprimida pelo Imperialismo)?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia:

O que significa a rebelião permanente da polícia contra o governo e os mandantes estrangeiros?

A greve de fome de um cabo, a resistência de um grupo de carabineiros (Polícia Militar) para cumprir suas tarefas noturnas, a presença de um oficial nos acontecimentos que em fevereiro dirigiu a rebelião dos policiais, são acontecimentos reveladores do processo político boliviano, que está enraizado profundamente na descomunal crise econômica que confronta o capitalismo agonizante e numa extrema debilidade do governo burguês.

Por que os carabineiros se rebelaram contra a autoridade nacional?

Já sabemos que um governo burguês, ainda que proclame aos quatro ventos que é democrático, encarna a ditadura da classe dominante. Para manter-se no poder precisa do apoio direto e indiscutido das forças armadas e da polícia, ou

seja, das metralhadoras e canhões.

Em outros países, o exército e a polícia são compostos por elementos selecionados, bem pagos e armados de uma cultura e ideologia burguesas. Devidamente cultivadas. Tratam-se de expressões de uma casta impermeável às idéias revolucionárias e da classe operária.

Na colônia boliviana a realidade neste plano é diferente. Exército e polícia existem e se desenvolvem como parte da população, das massas, vivem em seu seio e, a sua maneira, chegam ao extremo de se moverem e viverem como parte dos setores sociais populares.

A história e os fatos nestas últimas épocas põem em evidência que os próprios setores chamados a assegurar a estabilidade do governo da classe dominante refletem em suas atividades cotidianas as idéias e aspirações populares, poderíamos dizer que não deixaram

de ser parte do povo.

Isto explica porque as forças armadas e a polícia demonstrem que também elaboram os objetivos de acabar com a classe dominante, com seu governo e com o submetimento destes ao imperialismo e as multinacionais. Nos momentos de maior agudização da luta de classes se deslocam atrevidamente para a esquerda e aparecem encarnando os objetivos revolucionários da classe operária.

O fato de que o último motim policial fracassou diante da pressão desesperada do governo não desmente o que sustentamos.

Estamos seguros de que a luta das massas que vem sendo desenvolvida tem a possibilidade de se apoiar e se confundir com a atitude tanto dos policiais como das forças armadas.

(extraído do "Masas" boliviano n.º 1855, de 23/05/2003)

Bolívia:

O Proletariado Pode Cumprir suas Tarefas e a de Outras Classes e Nacionalidades?

Particularidades da Revolução Boliviana

Bolívia é um país capitalista atrasado, de economia combinada, em que o proletariado é uma classe minoritária. Numerosas tarefas democráticas (burguesas) não foram cumpridas.

Levando isto em consideração podemos dizer que a revolução boliviana terá a particularidade de não ser cumprida apenas pela minoria proletária e sim pela nação oprimida pelo imperialismo (classe média urbana e nacionalidades nativas, que na Bolívia são sinônimos de camponeses). Isto se concretiza com a

frente antiimperialista, que na história do país esta tática foi conhecida com o nome de FRA (Frente Revolucionária Antiimperialista) e que se distingue como frente dirigida pela política revolucionária da classe operária.

Isso quer dizer que somente o proletariado (força de trabalho não proprietária

ria) tem capacidade de cumprir a plenitude de suas próprias tarefas e as tarefas pendentes das outras classes sociais, que são democrático-burguesas (recuperar a terra usurpada dos camponeses, autodeterminação nacional, criação de um mercado interno, unidade nacional etc.)

Devemos sublinhar que o objetivo central não é conquistar estas tarefas e ponto, mas que estes objetivos devem ser materializados para serem na marcha trocados por objetivos socialistas.

Bolívia:

Como Pode um partido político Numericamente Pequeno Dirigir a Luta das Massas (da Nação Oprimida pelo Imperialismo)?

Um Partido de Quadros que são revolucionários profissionais é obrigatoriamente minoritário com referência às organizações eleitoreiras, democratizantes, que acabam sendo um conjunto de corruptos, traficantes etc; mas a justeza de seu programa lhe permite ser a direção das massas majoritárias.

A chave são as Células Vivas

Os militantes revolucionários verdadeiros são os que organizam células no seio das massas.

Isso não quer dizer que todos os oprimidos e explorados (assalariados, cam-

A explicação para esta política é que a essência do proletariado é se projetar para a sociedade sem classes sociais, ou seja, comunista.

Que Classe Social deve Dirigir a COB?

O que expomos acima explica porque as direções sindicais e classistas revolucionárias devem obrigatoriamente ser dirigidas pelo proletariado, sobretudo pelo setor que tem um programa re-

volucionário.

A consequência desta luta: as organizações sindicais não podem se limitar a exigir algumas reformas ao capitalismo, mas estão obrigadas a colocar medidas que resolvam os problemas da atualidade, sem esquecer a perspectiva de projetar a luta para a derrubada do capitalismo e a luta pelo comunismo.

(extraído do "Masas" boliviano n.º 1855 de 23/05/2003)

poneses etc) estejam ou devem estar organizados celularmente como consequência do trabalho partidário dos militantes trotskistas. A resposta concreta: os poristas só organizam a minoria, a vanguarda, dos explorados, por exemplo, do proletariado.

O objetivo deste trabalho celular é formar cada vez mais militantes, de forma que os passos dos revolucionários se orientem para a conquista do poder, que se traduzirá na ditadura do proletariado.

O Que é uma Célula Viva?

É a que se desenvolve seu trabalho

diário de crescimento (composta de 5 ou 6 militantes) até que chegue a se dividir e assim sucessivamente.

A célula deve ser a referência para os movimentos e ações das massas.

Os poucos militantes poristas vão deixando estas marcas de referência nas massas (as células).

É desta forma (cumprimento das tarefas programáticas) que um punhado de trotskistas dirige a luta das massas radicalizadas. O punhado de poristas se converte em farol dos milhões de explorados.

(extraído do "Masas" boliviano n.º 1856 de 30/05/2003)

Iraque

Expulsar os Estados Unidos do Iraque

O governo Bush decretou formalmente o fim da guerra com a ocupação de Bagdá e fuga do governo de Saddam Hussein, mas a resistência continua na forma de atentados contra as forças invasoras.

Nos últimos dias, os militares norte-americanos mataram 101 iraquianos e realizaram centenas de prisões. Tudo indica que a resistência de guerrilha urbana será prolongada.

O armamento do povo, que não foi feito por Saddam, é a condição para a vi-

tória. Somente os explorados poderão enfrentar os ocupantes da nação oprimida. A luta antiimperialista pela expulsão dos EUA do Iraque deve continuar.

Quem não sabia que a aliança anglo-americana mentiu?

Tanto nos EUA quanto na Inglaterra se discute o fato dos governos Bush e Blair terem montado falsos relatórios so-

bre armas de destruição em massa do Iraque, que serviram de justificativa para a invasão do país. Mas antes mesmo dos ataques, os órgãos de inteligência da Inglaterra foram denunciados como forjadores de grosseiras provas de armas biológicas e químicas.

A razão era o petróleo e a necessidade dos EUA aumentarem sua capacidade de intervenção no Oriente Médio.

As falsificações foram parte das manobras anglo-americana para passar por

cima da demagógica posição de paz da França e da Alemanha. Expressa a podridão da burguesia imperialista e a necessidade de sepultá-la com a revolução mundial socialista.

Os direitos humanos pisoteados

Os EUA montaram em Guantánamo uma prisão à parte do mundo. É um território com leis e autoridades próprias, comandadas pelo governo Bush. Os prisioneiros estão totalmente à mercê de torturadores e de todo tipo de privação moral e física.

O imperialismo que usa o argumento dos direitos humanos para intervir no mundo todo é quem pratica os maiores atos de barbárie, de crime contra a humanidade. O movimento antiimperialista tem o dever de defender a imediata

libertação dos presos de Guantánamo e qualificar o imperialismo de genocida de povos oprimidos.

Não haverá Estado palestino sob o patrocínio do imperialismo

Depois de invadir o Iraque e mantê-lo sob ocupação militar, o governo Bush promoveu o encontro do genocida Ariel Sharon e o fantoche Mahmud Abbas, primeiro-ministro da Autoridade de Palestina, que recentemente ocupou o lugar de Yasser Arafat, acusado de incapaz de controlar o movimento de resistência armada de Hamas, Jihad Islâmica e outras organizações, para impor o que se denominou 'mapa da estrada'.

A missão de Abbas era e é a de reprimir a resistência palestina que, nas condições de total desigualdade, usa o

terror contra Israel. Sharon não se comprometeu senão tirar alguns acampamentos sionistas do território palestino.

Mas nem bem terminou o acordo da cúpula de Ácaba, e os choques armados de Hamas e outros grupos com as forças israelenses voltaram com toda força.

Não haverá Estado Palestino sob o patrocínio do imperialismo e o controle do Estado sionista, poderosamente armado e necessitado de expansão territorial. As massas palestinas e os trabalhadores israelenses terão de chegar à conclusão de que somente a destruição do Estado sionista e expulsão do imperialismo poderão dar lugar a um Estado socialista, que fará cessar toda forma de opressão nacional.

A luta antiimperialista pelo fim imediato da ingerência norte-americana no Oriente Médio é parte dessa luta revolucionária.

Argentina

Submissão ao imperialismo leva à quebra da semicolônia

Em três anos, a Argentina teve uma queda no seu Produto Interno Bruto de 25%; em 2002 regrediu 10,9%. Essa queda extraordinária significou recessão, quebra industrial e comercial. Mas quem pagou a bancarrota foram os trabalhadores, com desemprego, empobrecimento e miséria. 17,8% da força de trabalho está desempregada, 60% da população foi empurrada para a pobreza e 30% para a mais profunda miséria. A inanição de milhares de crianças colocou a Argentina à semelhança da Biafra subumana. Está aí a desintegração de um país latino-americano, que expressava um grau elevado de industrialização, formação de uma classe média bem situada e uma classe operária relativamente empregada.

Se comparada com a maioria dos países de capitalismo atrasado de nosso continente, a Argentina refletia portentosa e dinâmica economia. No entanto, não se distinguia e não se distingue quanto à sua condição de país semicolonial. As suas vantagens econômicas serviram aos interesses do imperialismo, que, na situação de crise mundial, levou o saque ao ponto de quebrá-la. Riquezas acumuladas às custas da exploração do trabalho e do desenvolvimento de seu potencial (agricultura, petróleo e ramos industriais) serviram para a penetração do capital internacional, principalmente depois do ciclo nacionalista.

O endividamento alcançou 90 bilhões de dólares. Por meio da exportação de capital financeiro, o imperialismo tornou a Argentina refém das crises internacionais e de sua diretriz econômica, cujo fundamento é o de transferência de capitais das semicolônias para as metrópoles e concentração externa.

O governo Menem atendeu todas as exigências dos banqueiros e dos Estados Unidos, levando a maioria dos argentinos a acreditar que estava no caminho correto para vencer o peso do endividamento e sustentar a Argentina no patamar alcançado, frente à turbulência mundial. Sacrificou os ativos nacionais até onde pôde. A Argentina quebrou e se encontra mais submetida ainda ao imperialismo.

Essa lição serve ao Brasil.

O governo FHC, com seu Plano de Estabilização e reformas de proteção ao grande capital, colocou o país na mesma rota da vizinha Argentina. No final de seu segundo mandato, ficou de todo evidente a crise do endividamento, apesar de ter entregado as estatais e aplicar violentas medidas contrárias ao desenvolvimento das forças produtivas.

O governo PT/Lula ocupou o poder do Estado assimilando a diretriz do grande capital. Não só assumiu o endividamento como também a tarefa de encher os cofres dos credores e manter as facilidades dos

negócios parasitários.

O exemplo da Argentina foi reconhecido pelos reformistas do PT, mas de nada serviu, apesar de tanto terem gritado contra o neoliberalismo de FHC.

As massas argentinas, proletários desempregados e a classe média arruinada, reagiram à quebra do país com mobilizações revolucionárias, mas não conseguiram superar a crise de direção. Vão ter de continuar o combate e pôr em pé seu partido revolucionário. Essa é a lição fundamental.

A burguesia nacional é incapaz de livrar a semicolônia de profunda quebra e esmagamento da vida da maioria oprimida. Está estruturalmente comprometida com o capital financeiro imperialista. Seu fracasso coloca ao proletariado a tarefa de independência nacional. O poder do Estado e a economia tem de ser conquistado pela maioria oprimida por meio da revolução proletária. A importância estratégica do partido torna-se cada vez mais evidente para o destacamento mais avançado das lutas. Acreditamos ser essa também uma semelhança entre a Argentina e Brasil.

O trabalho em torno da elaboração do programa da revolução proletária, organização da luta antiimperialista, defesa da vida das massas e organização dos movimentos é uma exigência da situação.

Argentina

O governo de Kirchner não resolverá os urgentes e dramáticos problemas das massas, não resolverá as questões nacionais e democráticas, vem para tratar de resolver a crise de dominação dos capitalistas

Estamos diante de um governo capitalista, defensor da propriedade privada dos grandes meios de produção.

Um governo que pode ter algumas fricções com os grandes capitais mas sua função é defender sua propriedade, que não será questionada.

Não se questionam as conquistas das multinacionais dos últimos 13 anos, que se apropriaram das principais riquezas e empresas do país. Não nos enganemos. Uma coisa é discutir seus lucros, suas tarifas e seus serviços e outra muito distinta é questionar sua propriedade e reestatizá-las.

Este governo continua o de la Rúa e Duhalde para garantir às multinacionais (o imperialismo) que as conquistas que obtiveram sob o menemismo não serão tocadas. Não se voltará atrás com a propriedade do gás, do petróleo, da eletricidade etc.

Este governo continua os anteriores em reconhecer a dívida externa com que nos fagocitam as riquezas. Discutirá maior prazo para pagar, alguma redução da dívida ou a baixa das taxas de lucro. Mas não vai questionar essa dívida externa que devemos desconhecer.

O governo de Kirchner quer nos fazer crer que fará justiça renovando a Corte Suprema, varrendo os supercorruptos juízes menemistas, mas nada diz de toda a legislação dos últimos 12 anos feita sob medida para os grandes negociantes. Juízes com outras caras seguirão "Fazendo justiça" aplicando as leis que garantem os supremos interesses do grande capital contra a Nação e os trabalhadores.

Tampouco cremos que possa haver Justiça para castigar aos repressores genocidas da ditadura e seus cúmplices. Isso significaria prisão para todos eles e para quem financiaram e bendizeram o golpe e para os que se enriqueceram sob a ditadura. Isso não será conquistado mediante esta Justiça e sim mediante uma profunda ação de massas que desmantele todo esse Estado.

Limpar as forças repressivas de todos os elementos antinacionais e antio-perários só pode ser obra de um grande levante nacional que varra com sua estrutura de casta. Isso não se resolve mediante a mudança de figuras nas forças. A estrutura da oficialidade está intimamente entrelaçada com os setores mais poderosos da economia, as famílias patricias e a igreja. A seleção e formação da oficialidade é estrita nesse sentido. Não nos enganemos com as maquilagens. Ainda que essas possam ser abundantes, não deixam de ser maquilagens. Não mudam a essência da instituição.

Acabar com a máfia menemista, varrer com o neoliberalismo e suas negociatas é muito mais que maquilagem. É reconquistar a propriedade de todas as riquezas e empresas apropriadas pelas multinacionais, é terminar com seus monopólios, com sua concentração de riqueza. É desconhecer toda a dívida externa já mil vezes paga, é expropriar a pátria financeira enriquecida até mais não poder, é eliminar toda a legislação de mais de uma década feita sob sua medida, eliminar todo vestígio de flexibilização trabalhista.

O governo de Kirchner se vê obrigado a tomar uma quantidade de medidas que o diferenciem dos governos anteriores, para tratar de mostrar uma "nova política", gerar fricções com as máfias, com os monopólios e até com o imperialismo, para ganhar ar frente às massas, para se fazer crível, para gerar ilusões, para recompor as instituições fundamentais do Estado.

Todas essas instituições têm sido profundamente questionadas pelas massas e por isso necessitam mudar-lhes a cara para que possam voltar a servir-lhes. A magnitude das medidas que está tomando o governo têm a ver com a magnitude gigantesca da crise política que vive a classe capitalista e a necessidade imperiosa de impedir que as massas sigam evoluindo para a ação di-

reta, para resolver seus problemas com suas próprias mãos. Esse governo necessita recompor o regime de dominação, fazer crer que pode resolver os problemas da população, que tem a iniciativa e que não faz falta fazer greves e piquetes para exigir as demandas mais elementares. Esse objetivo do governo é um objetivo de conjunto dos capitalistas, de todos eles, (ainda que entre eles possa haver duros enfrentamentos).

Esse governo não poderá resolver as reivindicações mais elementares das massas.

Os problemas mais dramáticos da população são o desemprego, os baixos salários, as condições de superexploração, a destruição da saúde e educação públicas.

Para poder começar a resolver verdadeiramente esses problemas deve atacar-se a grande propriedade dos meios de produção, deve atacar-se a dominação imperialista da Nação. E isso não figura no programa de governo. O governo diz governar "para todos" e "com todos". Isso não é possível. Ou se governa para os explorados, para os oprimidos, para os mais humildes ou se governa para os mais poderosos, para o FMI, para a grande banca e as multinacionais. Os interesses estão contrapostos, são contrários e excludentes. Ou se governa para uns ou se governa para os outros. Não há caminhos intermediários ou terceiras vias que satisfaçam todos. Se não se ataca os poderosos que se tornaram donos da Nação não há como resolver os problemas urgentes das massas. É impossível reformar o capitalismo.

No país das vacas e dos recordes de produção de cereais, mais da metade da população vive abaixo da pobreza, milhões não recebem uma alimentação adequada e milhares e milhares estão desnutridos. Esse governo não vai tocar

na propriedade dos latifundiários que concentram a produção e exportação.

Esse governo não pode ir além das características fundamentais da classe social que representa. A burguesia, a classe capitalista, é uma classe absoluta e definitivamente antinacional, entregue ao imperialismo, é uma classe que se tornou parasitária, evasora, que desmantelou as indústrias, é narcotraficante, corrupta e lavadora de dinheiro, é uma classe que não pode ser reformada e reeducada. Não é possível reformar o regenerar essa classe.

Pretendem criar uma ilusão às massas de que seus problemas serão resolvidos e que agora temos um Estado protetor que atenderá todos os reclamos. **Não damos nenhum cheque em branco a esse governo, não damos nenhuma trégua, não vamos sentar-nos e "esperar para ver o que faz".** Já sabemos que não vai afetar interesses essenciais do grande capital. Já o conhecemos, sabemos como tem feito há anos em Santa Cruz, aplicando todas as receitas neoliberais. Sabemos de suas relações com as petroleiras.

A derrota de Menem e sua desistência ainda que nos alegre não deve confundir-nos. Ele é um símbolo do maior retrocesso para as massas em toda a história. Ele é o símbolo da corrupção e a impunidade. Mas é o reflexo de uma classe social em decomposição, para a qual governou, e é a classe que hoje segue no poder.

Que não nos enganem com um plano de obras públicas mínimo. As necessidades se medem por milhares de quilômetros de vias, de estradas, de ruas, de represas, de redes de água potável, por milhões de moradias, centenas de hospitais, escolas e aulas. **Que não nos tirem um planinho disso para mostrar na televisão.**

Deve suspender-se todo o pagamento ao exterior por qualquer conceito de dívida externa, deve impor-se um imposto extraordinário para as grandes fortunas. Todos esses recursos devem voltar-se a resolver as necessidades básicas da população que é quem deve assinalar quais são as prioridades. E deverão ser os trabalhadores os que coletivamente controlem o que se constrói, como e quanto dinheiro se investe. Já conhecemos a história da obra pública que se destina a engordar os bolsos dos Macri,

Roggio e outros, aumentando a dívida e dilapidando os recursos.

Para resolver os problemas populares deve-se terminar com o desemprego imediatamente, ajustar os salários, aposentadorias e subsídios para recuperar os valores ao nível de dezembro de 2001 (70% de reajuste) e estabelecer um mínimo de acordo com o custo da cesta familiar. Se não se consume mais é porque não há um peso a mais para consumir por parte dos setores populares profundamente empobrecidos.

Para resolver o desemprego faz falta disposição política para tomar algumas medidas simples que rapidamente incorporariam milhões ao trabalho: a) impedir jornadas maiores de 8hs diárias e 40 semanais; b) aposentadoria para todos os trabalhadores maiores de 60 anos; c) a obra pública e d) a divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores para que ninguém fique sem trabalho.

Não se pode resolver a reivindicação dos pequenos horistas estafados e dos milhares de devedores hipotecados e ao mesmo tempo salvar os grandes bancos e compensá-los porque perderam um pouco do tanto que ganharam e pagar a dívida externa.

Esse governo vai se chocar com essas reivindicações populares e em pouco tempo ficará claro que não irá atender os grandes problemas nacionais, sociais e democráticos e não lhe restará outro caminho a não ser reprimir os protestos, ... ou escapará para deixar a tarefa para outros setores. **Essa é a perspectiva de todos os governos capitalistas que por sua natureza não podem ir mais além da maquiagem e medidas simbólicas,** ainda que despertem a ira dos gorilas. Se não se acaba com a dominação do capital financeiro, se não se rompe com o imperialismo, se não se recuperam as privatizadas, se não expulsarmos o FMI, se não se acaba com a pátria financeira, se não expropriamos a oligarquia parasitária, não há possibilidade alguma de por em pé a transformação da economia e colocá-la a serviço da maioria empobrecida.

A classe operária, os setores oprimidos não devem depositar nenhuma esperança, não é possível baixar a guarda, devem manter total independência frente a esse governo reclamando e exigindo a satisfação das reivindicações imediatas.

Todos os setores da burocracia sindical apóiam esse governo e sacrificam novamente as reivindicações dos trabalhadores nas aras da governabilidade e para salvar as papas desse regime. Desde já os denunciaremos. Não há possibilidade de arrancar nossas reivindicações senão pela via da ação direta. O governo está usando alguns milhões para demonstrar que pode destravar os conflitos em curso. Mas sabemos que esse dinheiro é limitado porque se comprometeu a não gastar mais do que arrecada.

Não coincidimos com as Mães da Praça de Mayo em seu apoio ao governo. Devem romper explicitamente com ele. Reivindicamos suas posições históricas de independência e denúncia dos sucessivos governos patronais e por isso rechaçamos essa virada.

Os trabalhadores e os explorados da cidade e do campo devemos avançar na estruturação de organizações a partir das bases para a luta, em recuperar os sindicatos, **estruturando uma frente única antiimperialista que unifique os oprimidos** sob a direção da classe operária, sob sua estratégia revolucionária, que é a única que pode liberar a Nação. Não há caminhos intermediários ou alternativos à revolução social, que será obra das grandes maiorias, continuando com a obra iniciada no 19 e 20 de dezembro.

A unidade das massas para a luta é vital e deve consumir-se ao redor dessa estratégia de poder, não para meter-se no terreno eleitoral ou para pressionar esse governo. Todas as divisões mesquinhas estão a serviço de políticas alheias à classe operária. A coordenação nacional dos lutadores só poderá ser resultado das coordenadoras regionais que se ponham em pé integrando movimentos piqueteiros, assembléias, sindicatos classistas, centros de estudantes etc.

A unidade das massas deve entrar com os processos de luta antiimperialista que ocorrem em toda a América Latina, nossa perspectiva não é o Mercosul ou a ALCA das multinacionais.

Nossa perspectiva são os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Para que a classe operária possa jogar seu papel de liderança nacional, com sua estratégia, deve resolver sua crise de direção revolucionária, do contrário não poderá jogar esse papel plenamente.

(Do "Masas" argentino)